

DIMAS MESSIAS DE CARVALHO

Promotor de Justiça aposentado no Estado de Minas Gerais.

Professor de Direito de Família e Sucessões no UNILAVRAS e na UNIFENAS.

Professor convidado em cursos de pós-graduação no IPOG (Goiânia/GO),

CESUSC (Florianópolis/SC), FADERGS (Porto Alegre/RS),

FDSM (Pouso Alegre/MG), Universidade de Itaúna (Belo Horizonte/MG)

e Faculdade Arnaldo (Belo Horizonte/MG). Mestre em Direito Constitucional

pela FDSM. Pós-graduado em Direito Público, em Direito Processual, em

Ciências Jurídicas e em Direito de Família e Sucessões.

Advogado especialista em Direito de Família e Sucessões.

Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Palestrante.

DIREITO DAS famílias

4ª edição

Revista, atualizada e ampliada

2015



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Editoria de conteúdo Eveline Gonçalves Denardi

Assistência editorial Bruna Gimenez Boani

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
Ana Cristina Garcia (coords.)

Projeto gráfico Mônica Landi

Arte, diagramação e revisão Perfekta Soluções Editoriais

Serviços editoriais Kelli Priscila Pinto

Elaine Cristina da Silva

Marília Cordeiro

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Ed. Loyola

Acabamento Ed. Loyola

ISBN 978-85-02-62490-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carvalho, Dimas Messias de

Direito das famílias / Dimas Messias de
Carvalho. — 4. ed. rev., atual. e ampl. — São Paulo :
Saraiva, 2015.

1. Direito civil - Brasil 2. Direito de família -
Brasil 3. Direito de família - Jurisprudência - Brasil
4. Direito de família - Legislação - Brasil I. Título.

14-13322

CDU-347.6(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito de família : Direito civil 347.6(81)

Data de fechamento da edição: 5-3-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio
ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e
punido pelo art. 184 do Código Penal.

139.730.004.001

SUMÁRIO

1

Agradecimentos.....	7
Prefácio da 4^a edição	25
Prefácio da 3^a edição	27
Prefácio da 2^a edição	29
Prefácio da 1^a edição – O livro que dispensa Prefácio	31
Apresentação da 4^a edição	33
Apresentação da 3^a edição	37
Apresentação da 2^a edição	39
Apresentação da 1^a edição	41
Nota do Autor à 4^a edição.....	43
Introdução.....	45
1. Histórico, conceito e conteúdo do direito de família.....	45
2. Natureza do direito de família	49
3. Conceito moderno e função social da família.....	52
4. Pluralidade de modelos de família.....	60
4.1. Família matrimonial.....	61
4.2. Família convivencial (união estável)	62
4.3. Família monoparental.....	63
4.4. Família homoafetiva.....	63

4.5. Família natural, extensa ou ampliada e família substituta	68
4.6. Família adotiva.....	68
4.7. Família anaparental	68
4.8. Família pluriparental ou mosaico.....	69
4.9. Família eudemonista.....	69
4.10. Família multiparental.....	70
4.11. Família paralela, simultânea ou uniões dúplices	74
4.12. Família <i>online</i> ou <i>iFamily</i>	76
5. Dos direitos fundamentais e princípios constitucionais norteadores do direito de família.....	77
5.1. Dos direitos fundamentais	79
5.1.1. Dos direitos fundamentais verticais.....	82
5.1.2. Dos direitos fundamentais horizontais.....	88
5.2. Dos princípios fundamentais norteadores do direito de família	91
5.2.1. Princípio da dignidade humana	95
5.2.2. Princípio da afetividade	98
5.2.3. Princípio da liberdade.....	103
5.2.4. Princípio do pluralismo familiar	104
5.2.5. Princípio da igualdade jurídica dos cônjuges e companheiros	105
5.2.6. Princípio da igualdade e isonomia dos filhos	106
5.2.7. Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente	109
5.2.8. Princípio da paternidade responsável e do planejamento familiar	112
5.2.9. Princípio da solidariedade familiar	114
6. A família à luz da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002	115
7. Responsabilidade civil e dano moral no direito de família.....	122
7.1. Introdução	122
7.2. Fatos jurídicos, atos jurídicos e ato ilícito	122
7.3. Responsabilidade civil.....	126

7.3.1. Considerações gerais – responsabilidade civil contractual e extracontratual	126
7.3.2. Pressupostos da responsabilidade civil subjetiva	129
7.4. Responsabilidade civil no direito de família	134
7.5. Dano moral no direito de família	139
7.6. Algumas hipóteses de dano moral no direito de família.....	142
7.6.1. Dano moral por inadimplemento alimentar.....	142
7.6.2. Dano moral na ruptura do casamento e da união estável	147
7.6.3. Dano moral por abandono afetivo	147
7.6.4. Dano moral na recusa injustificada de reconhecimento de filho	149

2

Do direito matrimonial.....	151
1. Casamento.....	151
1.1. Conceito, fins e natureza jurídica do casamento.....	151
1.1.1. Conceito.....	151
1.1.2. Fins do casamento	154
1.1.3. Natureza jurídica do casamento	158
1.2. Características e princípios do casamento	162
1.2.1. Comunhão indivisa	162
1.2.2. Liberdade na escolha do cônjuge.....	162
1.2.3. Solenidade do ato nupcial.....	162
1.2.4. Regulamentado por normas de ordem pública	163
1.2.5. União permanente e durável	163
1.2.6. Monogamia.....	163
1.3. Desnecessidade de diversidade de sexos para o casamento – casamento homoafetivo	164
1.4. Promessa de casamento	167
1.5. Condições necessárias à existência, validade e regularidade do casamento.....	169

1.6. Capacidade para o casamento.....	171
1.7. Impedimentos matrimoniais e causas suspensivas	175
1.7.1. Impedimentos públicos ou absolutos para o casamento	177
1.7.1.1. Impedimentos gerados pelo parentesco	178
1.7.1.2. Impedimento gerado pelo vínculo	182
1.7.1.3. Impedimento gerado por crime.....	183
1.7.2. Causas suspensivas ou impeditentes para o casamento.	183
1.8. Formalidades preliminares ao casamento. Habilitação	186
1.9. Celebração do casamento	189
1.10. Modalidades do casamento.....	192
1.10.1. Casamento civil comum	192
1.10.2. Casamento por procuração.....	192
1.10.3. Casamento nuncupativo.....	194
1.10.4. Casamento civil celebrado por religioso.....	197
1.10.5. Casamento religioso com efeitos civis	198
1.10.6. Casamento consular ou diplomático	200
1.10.7. Registro de casamento de brasileiro no exterior	201
1.10.8. Casamento por conversão da união estável	202
1.10.9. Casamento putativo.....	203
1.10.10. Casamento fiduciário.....	203
1.10.11. Casamento avuncular	204
1.10.12. Casamento sorodato ou levirato.....	205
1.10.13. Casamento póstumo	205
1.11. Provas do casamento.....	206
1.11.1. Introdução	206
1.11.2. Prova direta específica	206
1.11.3. Prova direta supletória.....	207
1.11.4. Prova indireta ou posse do estado de casados	208
1.12. Casamento inválido.....	209
1.12.1. Considerações gerais – casamento inexistente e irre- gular	209
1.12.2. Casamento nulo.....	214
1.12.3. Casamento anulável.....	216

1.12.4. Ação de nulidade e ação anulatória do casamento	230
1.13. Efeitos jurídicos do casamento	231
1.13.1. Efeitos sociais do casamento	232
1.13.2. Efeitos pessoais do casamento. Deveres do cônjuge ...	233
1.13.3. Efeitos patrimoniais do casamento	238
1.13.3.1. Outorga uxória e marital	239
1.13.3.2. Administração da sociedade conjugal	241
1.13.3.3. Sociedade empresarial entre cônjuges	242
1.13.3.4. Dever recíproco de socorro	243
2. Regime de bens	245
2.1. Considerações gerais	245
2.1.1. Conceito e princípios	245
2.1.2. Alteração do regime de bens	249
2.1.2.1. Considerações gerais e requisitos	249
2.1.2.2. Alteração no regime de separação obrigatória	250
2.1.2.3. Alteração nos casamentos celebrados na vigên-	
cia do Código de 1916.....	251
2.1.2.4. Efeitos da alteração e partilha dos bens	253
2.2. Pacto antenupcial – regime legal e convencional	255
2.3. Espécies de regimes matrimoniais	261
2.4. Regime de comunhão parcial de bens	261
2.4.1. Considerações gerais	261
2.4.2. Bens incomunicáveis	264
2.4.3. Bens comunicáveis	271
2.4.4. Dívidas e administração dos bens	274
2.5. Regime de comunhão universal	275
2.5.1. Considerações gerais	275
2.5.2. Bens incomunicáveis	277
2.5.3. Dívidas e administração dos bens	280
2.6. Regime de participação final nos aquestos	281
2.7. Regime de separação de bens	286
2.7.1. Regime de separação convencional de bens	286

2.7.2. Regime de separação obrigatória ou legal de bens.....	289
2.8. Bens particulares, reservados e regime dotal.....	293
3. Doações entre os cônjuges	294
4. Bem de família	295

3

Divórcio e separação jurídica.....	303
1. Introdução e história do divórcio no Brasil.....	303
2. Sociedade e vínculo conjugal.....	309
3. Efeitos da separação de fato	315
4. Separação jurídica em face da EC n. 66/2010.....	317
4.1. A EC n. 66/2010 e a separação no direito pátrio.....	317
4.1.1. Introdução	317
4.1.2. A abolição da separação no ordenamento jurídico pátrio.....	318
4.1.3. A EC n. 66/2010 e a manutenção da separação.....	333
4.2. Separação judicial.....	340
4.2.1. Considerações gerais. Legitimidade e partilha dos bens	340
4.2.2. Separação consensual.....	344
4.2.3. Separação litigiosa	347
4.2.3.1. Considerações gerais – procedimentos no novo CPC, princípio da ruptura e fim da culpa...	347
4.2.3.2. Separação sanção ou com culpa.....	354
4.2.3.3. Separação falência.....	361
4.2.3.4. Separação remédio.....	362
4.2.4. Efeitos da separação judicial	365
4.2.4.1. Efeitos pessoais entre os cônjuges.....	366
4.2.4.2. Efeitos patrimoniais.....	367
4.2.5. Restabelecimento da sociedade conjugal.....	370
4.3. Reflexos da EC n. 66/2010 na separação e o direito intertemporal.....	370

4.3.1. Introdução e direito intertemporal.....	370
4.3.2. Estado civil dos separados de direito	372
4.3.3. Reconciliação para restabelecer o casamento dos se- parados juridicamente	373
4.3.4. Conversão da separação em divórcio.....	373
4.3.5. Ações de separação judicial em andamento.....	374
4.3.6. Ações de separação ajuizadas após a publicação da EC n. 66/2010.....	378
5. Divórcio judicial	379
5.1. Considerações gerais	379
5.2. Divórcio consensual	381
5.3. Divórcio litigioso	389
5.3.1. Considerações gerais.....	389
5.3.2. Cumulação de pedidos, contestação e reconvenção	390
5.3.3. Cisão da sentença.....	393
5.4. Divórcio sobreposto à separação jurídica.....	396
5.5. Efeitos do divórcio.....	396
5.6. Alimentos no divórcio em face da EC n. 66/2010.....	398
5.6.1. Dos alimentos no divórcio consensual	399
5.6.2. Dos alimentos no divórcio litigioso	399
5.6.2.1. Cumulação de alimentos no pedido de divórcio	399
5.6.2.2. Alimentos para a parte ré e reconvenção.....	401
5.6.3. Alimentos após o divórcio e a EC n. 66/2010.....	403
5.6.4. Revisão e exoneração dos alimentos entre os ex-cônjuges	406
6. Partilha de bens	408
6.1. Partilha de bens no divórcio.....	408
6.2. Aplicação da <i>disregard doctrine</i> inversa na partilha de bens e alimentos	415
7. Culpa no direito de família	420
7.1. Considerações gerais	420
7.2. Indenização por danos morais e materiais.....	422
7.3. Culpa nos alimentos.....	425

8. Medidas cautelares e tutela antecipada no novo CPC.....	427
8.1. Considerações gerais.....	427
8.2. Separação de corpos no divórcio.....	429
8.3. Alimentos provisionais.....	432
8.4. Posse e guarda provisória dos filhos.....	433
9. Divórcio extrajudicial.....	433
9.1. Introdução.....	433
9.2. Facultatividade do procedimento.....	435
9.3. Cláusulas obrigatórias.....	436
9.4. Partilha posterior.....	438
9.5. Representação das partes.....	439
9.6. Emolumentos.....	440
9.7. Competência.....	441
9.8. Efeitos da Lei n. 11.441/2007.....	441
9.9. EC n. 66/2010 e seus efeitos no divórcio extrajudicial.....	442
9.9.1. Vigência e efetividade.....	442
9.9.2. Lapsos temporais.....	442
9.9.3. Conversão da separação em divórcio.....	443
9.9.4. Testemunhas.....	443
9.9.5. Reconciliação dos cônjuges.....	444

4

Direito convivencial.....	445
1. Pluralidade de entidades familiares convivenciais.....	445
2. União estável heteroaffectiva.....	450
2.1. Conceito.....	450
2.2. Histórico.....	451
2.3. Distinção de união estável e concubinato.....	455
2.4. Elementos caracterizadores da união estável.....	456
2.4.1. Convivência.....	456
2.4.2. Diversidade de sexos.....	458
2.4.3. Ostensibilidade da convivência ou publicidade.....	458

2.4.4. Durabilidade da convivência	459
2.4.5. Estabilidade	459
2.4.6. Inexistência de impedimentos para o casamento	459
2.4.7. Honrabilidade	459
2.4.8. Coabitação	460
2.5. Deveres na união estável.....	461
2.5.1. Dever de lealdade	461
2.5.2. Dever de respeito	463
2.5.3. Dever de assistência.....	464
2.5.4. Dever de guarda, sustento e educação dos filhos	464
2.6. Efeitos jurídicos da união estável.....	465
2.6.1. Regime de bens	465
2.6.1.1.Regime legal de bens	465
2.6.1.2. Regime convencional – contrato de convivência	465
2.6.2. Alimentos.....	466
2.6.3. Direitos sucessórios.....	468
2.6.4. Adoção	469
2.6.5. Exercício do poder familiar e guarda dos filhos.....	469
2.6.6. Nome	470
2.7. Comprovação da união estável	470
3. União estável homoafetiva	475
3.1. Conceito e histórico.....	475
3.2. Reconhecimento jurídico da união homoafetiva	476
3.3. Requisitos e efeitos da união homoafetiva	482
4. Concubinato.....	483
4.1. Conceito.....	483
4.2. Vedações e sociedade de fato	484
4.3. Concubinato, união estável putativa e família simultânea	487

Proteção dos filhos na dissolução do casamento ou da união estável	489
1. Direito à convivência familiar.....	489

1.1. Direito fundamental à convivência familiar	489
1.2. Direito à convivência familiar e direito de visitas	493
1.3. Dever do genitor guardião de propiciar a convivência familiar	497
1.4. Dever de convivência familiar do genitor não guardião e abandonado afetivo	500
2. Guarda	503
2.1. Conceito	503
2.2. Modalidades de guarda – unilateral e compartilhada	504
3. Alienação parental.....	514
4. Direito à convivência familiar com os avós	520
5. Alimentos aos filhos.....	522

6

Direito parental.....	523
1. Parentesco.....	523
1.1. Considerações gerais – vínculos de família.....	523
1.2. Vínculo do parentesco – conceito e espécies no Código Civil de 1916 e de 2002	524
1.3. Parentesco biológico, registral e socioafetivo.....	527
1.4. Parentesco na linha reta e colateral	529
1.5. Graus de parentesco	531
2. Filiação	532
2.1. Conceito e evolução histórica da filiação	532
2.2. Filiação jurídica	552
2.3. Filiação socioafetiva	555
2.3.1. Posse do estado de filho e vínculo jurídico socioafetivo	555
2.3.2. Reconhecimento e efeitos na filiação socioafetiva	565
2.3.2.1. Efetividade do princípio da afetividade no reconhecimento da filiação socioafetiva	566
2.3.2.2. Efeitos jurídicos no reconhecimento da filiação socioafetiva	577

2.4. Prova da filiação registral	586
2.5. Filiação matrimonial	588
2.5.1. Conceito	588
2.5.2. Presunção da paternidade e técnicas de reprodução medicamente assistida	588
2.5.3. Negatória de paternidade e maternidade	594
2.6. Filiação extramatrimonial	599
2.6.1. Conceito	599
2.6.2. Reconhecimento dos filhos	599
2.6.2.1. Considerações gerais	599
2.6.2.2. Reconhecimento voluntário	600
2.6.2.3. Reconhecimento voluntário oficioso	602
2.6.2.4. Reconhecimento judicial – ação investigatória e posse do estado de filho	604
2.6.3. Investigação da origem genética	615
2.6.4. Efeitos do reconhecimento da filiação	617
2.6.5. Investigação avoenga e direito à ancestralidade	618
2.7. Ações retificatórias da filiação	620
2.7.1. Introdução	620
2.7.2. Ação negatória de paternidade	621
2.7.3. Ação anulatória do registro civil ou impugnação da paternidade	626
2.7.4. Ação declaratória de paternidade/maternidade socioafetiva	632
2.7.5. Relativização da coisa julgada na ação investigatória ...	633
2.7.6. Conclusão	645
2.7.7. Sinopse das ações	646
3. Adoção	648
3.1. Conceito e histórico da adoção	648
3.2. Doutrina da proteção integral da criança e do adolescente ...	652
3.3. Direito à convivência familiar da pessoa em formação	656
3.4. Direito à dignidade	660

3.5. Caráter subsidiário da adoção.....	661
3.6. Modalidades de adoção	663
3.6.1. Adoção unilateral.....	663
3.6.2. Adoção conjunta.....	663
3.6.3. Adoção <i>post mortem</i>	664
3.6.4. Adoção nacional e internacional	664
3.6.5. Adoção consentida ou <i>intuitu personae</i>	665
3.6.6. Adoção simulada ou <i>adoção à brasileira</i>	670
3.7. Procedimentos, requisitos e vínculos da adoção.....	673
3.8. Pessoas que podem adotar e que podem ser adotadas	683
3.8.1. Pessoas que podem adotar.....	683
3.8.2. Pessoas que podem ser adotadas	691
3.9. Efeitos da adoção	693
3.9.1. Considerações gerais – irrevogabilidade, readoção e inva- lidação.....	693
3.9.2. Efeitos de ordem pessoal	697
3.9.3. Efeitos patrimoniais	698
3.9.4. Benefícios legais.....	699
3.9.5. Inexistência, nulidade e anulação da adoção	699
3.10. Adoção internacional	700
4. Poder familiar	708
4.1. Conceito, histórico e características.....	708
4.1.1. Conceito.....	708
4.1.2. Histórico	710
4.1.3. Características.....	711
4.2. Titularidade de exercício do poder familiar.....	712
4.3. Conteúdo do poder familiar.....	713
4.3.1. Poder familiar quanto à pessoa do filho.....	714
4.3.2. Poder familiar quanto aos bens dos filhos	716
4.3.2.1. Administração dos bens.....	717
4.3.2.2. Usufruto	719
4.3.2.3. Bens excluídos da administração e do usufruto	719

4.4. Extinção, suspensão e perda do poder familiar	721
4.4.1. Extinção do poder familiar.....	721
4.4.2. Suspensão do poder familiar.....	721
4.4.3. Perda ou destituição do poder familiar	724
4.5. Procedimento para suspensão ou perda do poder familiar	728

7

Alimentos.....	733
1. Conceito e natureza jurídica.....	733
2. Fontes do direito alimentar	735
2.1. Parentesco e obrigação complementar	736
2.2. Casamento	741
2.3. União estável hetero e homoafetiva.....	743
2.4. Contratos	744
2.5. Testamento.....	744
2.6. Ato ilícito	744
3. Classificação dos alimentos	745
3.1. Quanto às fontes ou causa legal	745
3.2. Quanto à definitividade ou finalidade.....	746
3.3. Quanto ao objetivo ou natureza da prestação.....	748
3.4. Alimentos transitórios ou temporais	749
3.5. Alimentos compensatórios.....	753
3.5.1. Alimentos compensatórios ou ressarcitórios em razão da administração dos bens comuns.....	755
3.5.2. Alimentos compensatórios em razão do desequilíbrio econômico do casal.....	757
3.6. Alimentos <i>intuitu personae</i> e <i>intuitu familiae</i>	761
3.7. Alimentos gravídicos.....	766
3.8. Alimentos <i>in natura</i> e alimentos impróprios.....	767
4. Pressupostos da obrigação alimentar	769
4.1. Necessidade de quem pode reclamar	769

4.2. Possibilidade de quem deve prestar	770
4.3. Proporcionalidade na fixação	771
5. Mutabilidade do <i>quantum</i> da pensão alimentícia.....	772
6. Características do direito alimentar.....	773
6.1. Atualidade.....	773
6.2. Imprescritibilidade do direito	774
6.3. Irrenunciabilidade	774
6.4. Divisibilidade	779
6.5. Direito personalíssimo.....	787
6.6. Indisponibilidade do direito.....	787
6.7. Direito intransferível ou incessível.....	787
6.8. Obrigação incomensável	787
6.9. Impenhorabilidade	788
6.10. Intransmissibilidade do credor.....	788
6.11. Transmissibilidade da obrigação alimentar aos herdeiros....	788
6.12. Irrestituíveis ou irrepetíveis.....	796
6.13. Reciprocidade.....	798
7. Ações que envolvem obrigação alimentar.....	799
7.1. Ação cautelar de alimentos provisionais e tutela antecipada de urgência.....	799
7.2. Ação de alimentos.....	803
7.3. Ação de alimentos proposta pelo devedor	807
7.4. Ação de investigação de paternidade c/c alimentos.....	807
7.5. Ação de alimentos gravídicos.....	808
7.6. Ação revisional e exoneração de alimentos.....	814
7.7. Ação de cobrança de alimentos	821
8. Execução de alimentos	821
8.1. Desconto em folha de pagamento	822
8.2. Recebimento de alugueres ou outros rendimentos.....	824
8.3. Execução indireta ou prisão civil.....	825
8.4. Execução por quantia certa	836
8.5. Cumprimento de sentença	837

8.6. Inclusão do nome do devedor de alimentos nos cadastros de proteção ao crédito	840
8.7. Penhora do FGTS nas execuções de alimentos.....	844
8.8. Execução de alimentos fundada em títulos extrajudicial no novo CPC	846

8

Da tutela e da curatela	849
1. Tutela	849
1.1. Conceito e natureza jurídica	849
1.2. Espécies de tutela	853
1.2.1. Tutela testamentária	854
1.2.2. Tutela documental	856
1.2.3. Tutela legítima.....	857
1.2.4. Tutela dativa	857
1.2.5. Tutela interina	860
1.3. Dos incapazes de exercer a tutela	861
1.4. Da escusa dos tutores	862
1.5. Nomeação do tutor e garantia da tutela.....	864
1.6. Do exercício da tutela.....	867
1.6.1. Exercício da tutela quanto à pessoa do menor	869
1.6.2. Exercício da tutela quanto aos bens do menor	870
1.7. Prestação de contas.....	874
1.8. Cessação da tutela.....	875
2. Curatela.....	877
2.1. Conceito e pressupostos.....	877
2.2. Efeitos da sentença de interdição.....	878
2.3. Pessoas sujeitas à curatela	879
2.3.1. Enfermos ou deficientes mentais sem discernimento ..	880
2.3.2. Incapazes de exprimir sua vontade por outras causas du- radouras.....	880

2.3.3. Deficientes mentais, ébrios habituais e viciados em tóxicos	881
2.3.4. Excepcionais sem o completo desenvolvimento mental	882
2.3.5. Pródigos	882
2.3.6. Nascituro.....	883
2.3.7. Enfermos ou deficientes físicos.....	884
2.4. Legitimidade para requerer e processo de interdição.....	885
2.5. Nomeação de curador e exercício da curatela	889
2.6. Levantamento da interdição.....	891
2.7. Administrador provisório.....	891
2.8. Curadorias especiais.....	893
Referências.....	895